

## “Leite de pato” no Banespa

Sinceramente, depois de tudo que tem vindo à tona, em matéria de corrupção, de “crime organizado” na administração pública deste país, não acreditávamos que pudessemos nos espantar com qualquer nova revelação.

Esse caso do “leite de pato” do Banespa com a dívida do deputado — e **anão** — Manoel Moreira, do PMDB quercista, no entanto, mostra que, apesar de tudo o que já vimos e ouvimos, continuamos ingênuos. A imaginação dos freqüentadores clandestinos dos cofres públicos não tem limites.

Como a mentira tem pernas curtas, acaba-se de descobrir que o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) sonegou a CPI do Orçamento a informação de que Manoel Moreira teve perdoada por aquela instituição financeira oficial, em 89, a bagatela de US\$ 300 mil, que equivale a 64% de uma dívida total de US\$ 470 mil contraída por ele em conjunto com seu sócio Nivaldo Camilo de Campos, entre 87 e 88, durante o governo Quêrcia. Essa operação, registrada na contabilidade do banco como prejuízo (crédito em liquidação), foi considerada irregular pelos próprios técnicos do Banespa, cujo parecer foi desprezado pela diretoria.

O deputado Moreira gostou tanto dessa singular “operação financeira” — operação “leite de pato” — que a repetiu pouco tempo depois: em 1992, já na gestão Fleury, conseguiu mais um perdão de US\$ 62.368, correspondentes a idênticos 64% — esse deve ser o número de sorte do deputado — de uma dívida contraída no Banespa, em 1991, quando se associou ao restaurante Piantella, de Brasília. Entre os beneficiários da primeira dívida estava um misterioso Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Iepes), do

qual Moreira é sócio. Donde se vê que, para fazer “negócios”, Moreira navega sem cerimônia entre atividades “culturais” e culinárias.

O contribuinte paulista, que é o principal acionista do Banespa, possui todo o direito de saber por que Manoel Moreira tem o privilégio de receber desse banco, de mão beijada, o milionário, presente de US\$ 62.368, que é a soma dos dois perdões de dívidas, quantia suficiente para pagar a construção de mais de 500 casas populares.

Por certo, entre as possíveis explicações desse privilégio do deputado Moreira deve estar o fato de ser um dos mais combativos integrantes do esquema quercista. Deve ser este o mapa da mina. Um esquema tão poderoso e tão solidamente implantado na administração paulista que, além de conceder “perdões” milionários em dólares, ainda teve a petulância de ocultar da CPI do Orçamento, na qual o País inteiro está de olho, informações por ela exigidas sobre as operações financeiras de Moreira no Banespa.

Essa nova forma encontrada pelo deputado Manoel Moreira de aumentar seu patrimônio de maneira irregular deveria ser objeto de uma Comissão Especial de Investigação a ser constituída na Assembléia Legislativa, na medida em que envolve o Banespa. Mas, como é público e notório que o esquema quercista domina a Assembléia, que nada aprova que o contrarie, as esperanças do contribuinte paulista se voltam para o Ministério Público. Esta é uma excelente oportunidade para que essa instituição, tão assediada pelos partidários do ex-governador, demonstre que mantém a independência e a altivez necessárias para defender a sociedade dos governantes corruptos.